Brasília-DF

CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Ecos eleitorais

Fora da arena parlamentar, o novo governo ainda precisará enfrentar os ecos da guerra eleitoral. Os termos do ministro Paulo Guedes dirigidos a Lula foram uma amostra do tom que a oposição pretende adotar. É bate-boca? Sim. Ajuda em algo para a transição? Nada. E o presidente Bolsonaro ainda nem saiu do auto-exílio.

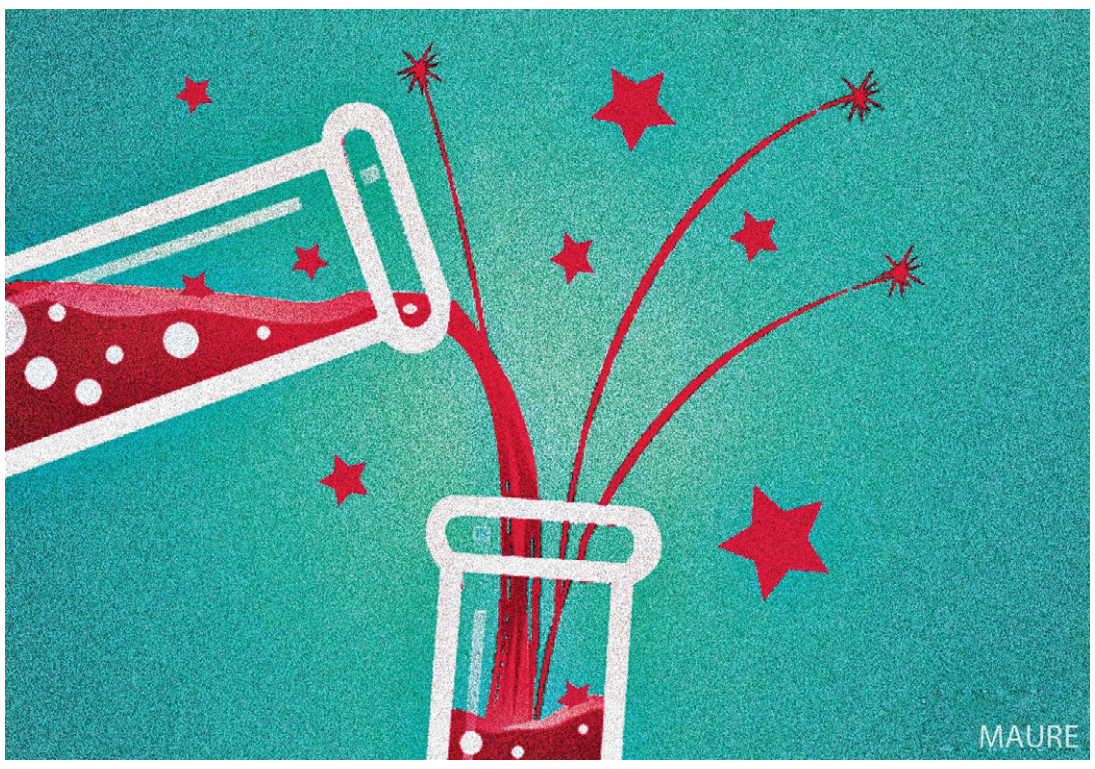
BID vai às urnas

Uma outra eleição ocorrerá neste domingo, e um brasileiro pode sair vencedor. Os países-membros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) decidem hoje quem será o presidente da instituição pelos próximos cinco anos. O ex-presidente do Banco Central Ilan Goldfajn, indicado pelo governo de Jair Bolsonaro, é um dos concorrentes. O ex-ministro e ex-integrante da transição Guido Mantega tentou jogar água na candidatura de Goldfajn, mas saiu de cena antes do pleito.

Quase lá

Com apenas um mandado de prisão nas costas, o ex-governador Sérgio Cabral Filho, último preso da Lava Jato no Rio, já sonha com uma vida em liberdade. Segundo pessoas próximas, Cabral pretende trabalhar como consultor político. O julgamento que pode dar liberdade ao ex-governador está no STF, nas mãos do ministro André Mendonça. "Minha expectativa é de que anulem o processo e revoguem a prisão", disse a advogada de Cabral, Patrícia Proetti.

Teste de força para Lula no Congresso



A semana que começa deve indicar mais sinais do poder de articulação do governo Lula. Qualquer avanço em relação à PEC do Bolsa Família dependerá da capacidade do presidente eleito e de seus aliados em consolidar os termos da proposta encaminhada ao Congresso. No momento, o texto prevê uma conta de R$ 200 bilhões fora do teto de gastos. Lula antecipou o debate, ao propor um falso dilema entre equilíbrio fiscal e política social. Rapidamente, porém, o vencedor das urnas calibrou o discurso e reiterou o compromisso com as contas públicas.

As declarações do presidente eleito, no entanto, são apenas um dos fatores em jogo no Congresso. Integrantes do Centrão já mostraram as armas. Deixaram claro que não pretendem manter por tempo indeterminado a exceção fiscal ao Bolsa Família e — mais grave —ameaçaram incluir o Orçamento secreto em caráter impositivo no texto da PEC. É na Câmara e no Senado, pois, que se concentra a batalha. O governo de transição precisará dialogar, negociar, ceder.

Esse encontro de forças políticas indicará até onde os anseios de Lula serão atendidos, bem como a habilidade dos aliados do do presidente eleito.

O Brasil das ruas

Amanhã e terça-feira, o Supremo Tribunal Federal realizará audiência pública para analisar a situação dos brasileiros em situação de rua. Convocada pelo ministro Alexandre de Moraes, a audiência terá a participação de 63 expositores. A iniciativa atende a uma reivindicação da Rede Sustentabilidade, do Psol e do MTST. Os requerentes pedem ao STF que determine a governos e demais poderes providências para socorrer essa parcela da população.

Opaco

A transparência pública no Brasil é mediana, segundo levantamento realizado por diferentes entidades ligadas às contas públicas no país. Segundo a pesquisa, uma iniciativa da Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e outras instituições, o nível de transparência pública alcançou 67%, considerada intermediária. Os estados do Pará (95%), Rondônia (83%) e Espírito Santo (80%) obtiveram os melhores resultados.

Agradecimento

O primeiro-ministro de Portugal, António Costa, agradeceu a visita do presidente eleito Lula. E já anunciou um novo encontro. "Era necessário que o Brasil regressasse à defesa dos valores da democracia, ao combate às alterações climáticas, à defesa do ambiente, à proteção da cultura. Temos de recuperar o tempo perdido. Tenho a certeza de que, a partir de 1º de janeiro, vamos voltar a ter o Brasil perto de nós".

NOVO GOVERNO / Em vídeo nas redes sociais, Costa Neto diz que apresentará representação ao TSE. Mas já negou autoria de auditoria após ver a sala de totalização das eleições e também não reconheceu documento que pediria para invalidar eleições

PL agora quer anular urnas

» MICHELLE PORTELA

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto (PL), voltou a questionar, ontem, o resultado das eleições e afirmou que a legenda pedirá ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a revisão da apuração gerada a partir de urnas eletrônicas que entraram em funcionamento antes de 2020. A solicitação, que foi anunciada em um vídeo que circulou ontem nas redes sociais, deverá ser apresentada na terça-feira, embora o dirigente afirme que não contestará o resultado do pleito — cuja vitória foi de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O pedido tem por base uma auditoria do Instituto Voto Legal e sustenta que as urnas fabricadas antes de 2020 têm o mesmo número de patrimônio, o que, supostamente, impediria a verificação do funcionamento individual. "Pelo estudo que fizemos, têm várias urnas que não podem ser consideradas. É no Brasil inteiro, de 2020 para baixo. Todas elas têm o mesmo número, não tem como controlar. Temos a prova e vamos mostrar que essas urnas não podem ser consideradas. Vamos ver o que o TSE vai resolver", diz Costa Neto no vídeo.

O presidente do PL, porém, afirma que a legenda não pedirá por novas eleições, mas a recowntagem dos votos e investigação de possíveis irregularidades. "Nada de ter nova eleição, não vamos propor nada disso, não queremos tumultuar a vida do país. Mas têm umas urnas que têm que ser revistas e nós vamos propor para o Tribunal Superior Eleitoral até a próxima terça-feira", afirma.

Legenda do presidente Jair Bolsonaro, o PL conquistou o maior número de cadeiras tanto na Câmara quanto no Senado, tornando-se a maior bancada do Congresso. No vídeo, não há menção de Costa Neto à possibilidade de os eleitos para o Legislativo saírem prejudicados em uma eventual recontagem das urnas que o partido diz serem problemáticas.

» Frente nega novo bloqueio de estradas

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Caminhoneiros Autônomos e Celetistas afirmou, ontem, que é falsa a informação de que a categoria pretende promover movimento de paralisação ou de obstrução de estradas para protestar contra decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Em nota assinada pelo presidente, deputado Nereu Crispim (PSD-RS), a Frente condena "o uso indevido" do nome da categoria por jornalistas e veículos "tendenciosos de extrema direita", que apoiam o "candidato que perdeu as eleições no dia 30 de outubro" — em referência ao presidente Jair Bolsonaro.

Recuos e negativas

O presidente do PL, porém, tem se notabilizado por seguidos recuos em relação à contestação às eleições. Quando o TSE convidou representantes de partido para conhecer a sala de totalização, Costa Neto afirmou à imprensa, na saída, que não havia a "sala secreta" que Bolsonaro vinha insistindo junto a seus apoiadores que existia. "(A sala de totalização dos votos) não é mais secreta, agora é aberta", afirmou o dirigente.

Horas depois, porém, o partido divulgou um suposto relatório de auditoria do mesmo Instituto Voto Legal, em que afirma que "somente um grupo restrito de servidores e colaboradores do TSE controla todo o código fonte dos programas da urna eletrônica e dos sistemas eleitorais". O presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, determinou a imediata remessa do documento ao inquérito das Fake News, no Supremo Tribunal Federal (STF).

No último dia 15, o PL negou que questionaria o resultado das eleições por conta de um suposto relatório divulgado pelo site *O Antagonista* — Segundo o portal, a sigla pediria a anulação do pleito. O **Correio** teve acesso ao documento, que tem a logomarca PL e é assinado por Carlos Rocha, presidente do Instituto Voto Legal; seu vice Márcio Abreu; e pelo engenheiro Flávio Gottardo de Oliveira. O relatório diz não ser "possível validar os resultados gerados em todas as urnas eletrônicas de modelos 2009, 2010, 2011, 2013 e 2015".

Leonardo Prado/Agência Câmara

Costa Neto disse que o PL contestará as urnas fabricadas antes de 2020, apesar dos recuos junto ao TSE